

# CABANAGEM

## CRÍTICAS BIBLIOGRÁFICAS

117

### A PROPÓSITO DE UMA INTERPRETAÇÃO DA CABANAGEM

UBIRATAN SANT'ANNA

Ubiratan Sant'Anna, professor adjunto, lotado no Departamento de História e Antropologia, da UFFa, Licenciado em História e Geografia pela mesma Universidade Federal do Pará, tem Curso de Especialização de Pesquisa em Demografia. Publicou diversos trabalhos pela imprensa, todos de divulgação de assuntos históricos, inclusive o intitulado "D. Henrique, o que ampliou o mundo", com o qual havia ganho o prêmio do concurso relativo ao 50º Centenário de falecimento do Infante D. Henrique. No presente texto, tenta concretizar, ao menos em parte, uma sugestão do Prof. Enrique Peregalli.

*À Professora GENOVEVA DEÁ SILVA,  
minha primeira mestra e amiga.*

Uma consagrada mestra, a Profa. Anunciada Chaves, mestra pela cultura e pela postura, costuma dizer que o fascínio das Ciências Sociais está nos calorosos debates que provocam. Se assim é, dentro das Ciências Sociais, nenhum tema é mais fascinante que o das revoluções tantas são as controvérsias que desperta, especialmente quando se trata de revoluções (ou supostas revoluções) vencidas.

Schaff, em "História e Verdade", mostra a metamorfose das interpretações históricas, indicando como, através dos anos, abalizados historiadores explicaram de forma diferente a Revolução Francesa (1). Embora se trate de movimento modesto, que dificilmente poderá classificar-se como revolução, a Cabanagem não tem deixado de suscitar visões diversas, de acordo com a formação dos que a têm focalizado e com o próprio momento histórico em que as análises têm sido feitas.

Um dos trabalhos mais instigantes e sérios da literatura relativa aos cabanos paraenses é, sem qualquer dúvida, o de Renato Guimarães, publicado na revista TEMAS DE CIÊNCIAS HUMANAS nº4, sob o título: "Cabanagem - a revolução do Brasil".

Neste ensaio, a preocupação teórica marcha lado a lado com a preocupação didática, o que é louvável numa conjuntura em que tanto se insiste na necessidade da participação de todos na solução dos problemas nacionais. E, se a superioridade do autor sobre um pioneiro do porte do Barão de Guajará (2) é bastante duvidosa, torna-se clara quando se trata de Chiavenato, cujo sensacionalismo e ligeireza se ostenta em títulos que ofendem a inteligência do leitor, não tanto por seu conteúdo deliberadamente pornográfico como pelo flagrante desrespeito às fontes bibliográficas com que teve contacto e que só podem ser contestadas através de pesquisa documental devidamente registrada (3).

#### OS ANTECESSORES

Buscando uma estratégia para sua abordagem da mais violenta rebelião brasileira, Renato Guimarães lembra a restauração

de obras-de-arte em igrejas barrocas de Minas Gerais, em que "com muito esmero e paciência, o restaurador vai retirando uma a uma as camadas de tinta, até chegar à pintura original". E imagina que "toda pesquisa de fatos históricos há de ter algo em comum com esse artesanato de restauração" (p.93).

A imagem é sugestiva, embora de difícil aplicação ao caso da Cabanagem porque todos que têm escrito sobre ela têm repetido as informações de Raiol e quando se aventuram a novas interpretações não têm conseguido manter a coerência que ele teve ao defender a hoje ultrapassada tese de que as revoluções têm como causa única a incompetência dos governantes para manterem a ordem e orientarem as mudanças necessárias (4).

Renato Guimarães minimiza a grandeza de Raiol, afirmando que deu "guarida à visão catastrófico-bestial com que a Cabanagem se afigura à classe dominante, mas não fez uma apologia das "forças da ordem" (p.94). Na verdade, Raiol foi muito além de não fazer uma apologia das "forças da ordem": condenou-lhes os abusos com veemência (5). E se não deixou de apontar os excessos das massas, mostrou que não eram gratuitos, alimentando-se dos ressentimentos gerados por uma longa e terrível opressão.

Ao Hurley, o brilhante ensaísta não chegou, também, a fazer justiça, ao concluir que "não conseguiu ir além do enquadramento liberal que no próprio Raiol já se insinua" (p.95). O curioso é que os comentários de Raiol e de Hurley quase se perdem, no meio do abundante material descritivo e, mesmo assim, não passou despercebido o enquadramento liberal do último e as tendências liberais do primeiro. Por que, então, não foi assinalado que a propósito de medidas e solicitações dos revoltosos, Hurley, pelo menos por duas vezes (uma nos "Traços cabanos", outra em "A Cabanagem", ambos citados por Guimarães) usa a expressão "comunismo"?

Adequado ou inadequado, o emprego do termo "comunismo" impede qualquer incerteza quanto ao pressentimento pelo continuador da obra de Raiol de que as massas tinham objetivos próprios e de que, dentro das suas possibilidades, experimentavam radicalizar a contenda. Convém aos "novos descobridores da Cabanagem" revelar que não estão seguindo trilhas virgens?

Ernesto Cruz foi outro eminente estudioso local que recebeu sentença: "nada acrescenta aos fatos levantados e à visão projetada por Raiol, um século antes" (p.95). Nota-se que o ensaísta ignorava a existência da obra "Nos bastidores da Cabanagem", onde Cruz soma alguns fatos aos já divulgados pelo pioneiro dos estudos cabanos. Nota-se, também, que o autor não dá importância à insistência do historiador local em ver nos desmandos de Bernardo Lobo de Sousa o fator primordial da Cabanagem.

Será por que, pelo menos para o caso paraense, a tese abala sua assertiva de que à base delas (das revoluções do período regencial) "estava um fato que ocorreu então pela primeira vez e jamais tornou a ocorrer em nosso país, numa escala parecida: uma cisão no interior das classes dominantes, tão séria a ponto de permitir a intervenção maciça e eventualmente predominante das classes trabalhadoras na luta pelo poder político"? (p. 96).

Na Província do Pará, os caramurus estavam dominados, quando se iniciou o choque com Bernardo Lobo de Sousa. A massa tinha participado ativamente da luta entre filantropicos e caramurus e nunca tinha escapado ao controle das lideranças. Contra Lobo de Sousa foi mobilizada afoitamente e houve desenfreios maiores, porém de pouca duração. Considerando que, a médio prazo, os principais líderes (de postura liberal) conseguiram impor-se aos líderes menores (de postura popular), porque obscurecer por completo o veio liberal do movimento?

E não é o próprio Renato Guimarães que deixa entrever a debilidade fundamental das forças populares quando assevera que a Cabanagem "é talvez a exposição mais patente e mais trágica jamais havida, em toda a história brasileira, do fosso com que o desenvolvimento histórico-social entre nós separou das massas mais oprimidas da população trabalhadora as camadas da pequena burguesia, especialmente os "doutores" e outros elementos dotados de instrução escolar - fosso que constitui grande obstáculo à evolução democrática do país e que, nos 140 anos decorridos desde então, foi permanentemente recovado, não obstante a proibição legal da escravidão e o desenvolvimento capitalista, que mais o disfarçaram que reduziram" (p.99).

A longa transcrição que acabamos de fazer é importante por dois motivos:

- 1) Mostra a ingenuidade dos que afirmam como o próprio Renato Guimarães, na mesma página, (p.99) que a Cabanagem "é caso único, em nosso país, de movimento genuinamente popular que chega ao poder e nele consegue manter-se durante um período de tempo considerável..." (Quem pode negar que Angelim - Presidente cabano que governou quase oito meses - elemento de mais larga visão que as massas a que se impunha, não só não lhes seguia os anseios como ainda buscava a orientação de pessoas de maior preparo intelectual?).
- 2) Impõe-se como o ponto alto do trabalho, lançando uma ponte entre o passado e o presente, ao mostrar que a distância entre os intelectuais e a população sofrida tem se mantido sem alterações.

VISÃO PANORÂMICA DO MOVIMENTO

Empenhando-se em proporcionar aos seus leitores, em poucas páginas, um apanhado dos principais episódios que marcaram a Cabanagem e que a antecederam, Guimarães não consegue ir muito além do fátual; e ainda omite lances notáveis e interessantes como o da Adesão do Pará à Independência, a qual se aplica a observação de Werneck Sodré, que ele subscreve: "Sonhou as contradições de classe" (p.97).

A Revolta de 14 de abril (1823) embora sufocada, como também sua posterior repercussão em Muaná, serviu para predispor os grupos conservadores a uma rápida aquiescência à proposta de Grenfell: aceitação da Independência do Brasil e da incorporação ao império nascente em troca da garantia dos direitos civis e políticos.

A acomodação momentânea cedeu lugar à insistência dos brasileiros em desalojarem os portugueses dos cargos administrativos tanto civis como militares. E tanto no interior, particularmente em Cametá, como na Capital vão repetir-se os choques en

tre o grupo português (caramurus: mais ligados ao comércio) e o grupo nacionalista (filantrópicos: mais voltados para a agricultura e para as profissões liberais).

Aparentemente, os brasileiros queriam pouco, pois não faziam qualquer ameaça direta à invejável posição econômica dos lusitanos e, possivelmente, não se sentiam inclinados a fazer. O problema é que a perda dos cargos públicos iria afetar em profundidade a segurança do grupo ligado ao comércio, o que explica o quanto se apegou ao poder, chegando à derrubada do primeiro presidente a lhe demonstrar aberta antipatia: o Visconde de Goiana.

Não se pode deixar de assinalar, de passagem, que o senhor Chiavenato, a propósito da deposição do Visconde de Goiana, lançou o título: "onde se explica como pela primeira vez se derruba um governo por causa da luta de classes" e justificou: "É a primeira vez que se derruba um presidente no Pará, não porque haja um conflito ou uma jogada pífia pelo poder, mas porque ele tomou medidas concretas para atenuar a servidão dos índios"(6).

Pergunta ao senhor Chiavenato: Onde a luta de classes, se a iniciativa coube inteiramente ao governante (que, de resto, pode ter tido motivações políticas)? Renato Guimarães, mostrando ser intelectual refletido, diz, apenas: "O novo Presidente, de sembargador Bernardo Gama (Visconde de Goiana), que ensaiava medidas liberais de governo, é deposto em 7 de agosto (de 1831) ... (p.102).

Depois do breve governo de uma figura local, os caramurus tiveram na pessoa de Machado de Oliveira (enviado pela Regência) um outro Presidente hostil, hostil e enérgico, que esmagou a célebre resistência de Jales, pondo fim à arrogância militarista dos portugueses na região, a ponto de ela não ter conseguido ressurgir na Presidência de Bernardo Lobo de Sousa, o infortunado governante que viu o processo final de gestação e o aparecimento à luz do dia da Cabanagem.

De um modo geral, Renato Guimarães foi muito feliz quando deu, baseado em Raiol, um balanço do alcance dos motins anteriores, para a eclosão da empreitada maior: "milhares de Tapuios, caboclos e escravos familiarizaram-se com o uso de armas

de fogo. Muitos deles ficaram ainda na posse das espingardas e munições que lhes foram confiadas, após o término dos conflitos a que eram convocados, seja no corpo das milícias, seja à margem destas. Aprenderam também a circular em Belém e outras vilas importantes, a conhecer a importância dos fortins e outras posições estratégicas de cada lugar. Somado a esse aprendizado e a esse poder de fogo que adquiriram, o espetáculo da divisão entre os senhores e patrões haveria de produzir neles um encorajamento para que jogassem na luta o peso de seus próprios ressentimentos e aspirações" (p.104-105).

Falando sobre os governos cabanos, Guimarães tem bons momentos. "Malcher constitui um governo apoiado na elite dominante, mas é obrigado a entregar postos importantes a elementos da pequena burguesia liberal, que desempenham papel destacado na rebelião. Por outro lado, a mesma massa de soldados e povo que o aclamou Presidente nomeou para o cargo de Comandante das armas - espécie de governador militar, com mando sobre arsenais e tropas, não subordinado ao Presidente - o chefe principal da gente armada que ocorreu do rio Acará, Francisco Vinagre" (p.105-106). A causa da deposição de Malcher é, simplistamente, reduzida à sua disposição de desarmar e reprimir o povo revoltado. Em contrapartida, as dificuldades do segundo governo cabano estão bem colocadas, visto que a permanência da esquadra imperial "em posição de bloqueio à entrada de Belém, o gradual esgotamento de víveres na cidade e a vacilação no comando, com Vinagre posto em suspeição crescente pela tropa, condenam à ruína também esta segunda experiência de governo cabano" (p.106).

Chegando ao Governo do Marechal Manuel Jorge Rodrigues a quem os cabanos, a instância de Francisco Vinagre e de Angelim entregaram a capital de graça, lembra que, embora "desarvorada na Capital, a rebelião cabana mantinha-se em crescendo no interior" (p.107). O que o autor se esqueceu de dizer ou não disse por falta de espaço é que o Marechal, além de chegar com tropas insignificantes, nada ofereceu aos revoltosos em troca de sua boa-vontade, ou seja não vinha apoiado nem em forças respeitáveis, nem em uma anistia capaz de acalmar os ânimos menos exaltados e, por via de consequência, os mais exaltados.

A retomada de Belém pelos cabanos foi mero reflexo da

impotência militar de Jorge Rodrigues combinada com a necessidade de não confessá-la, fazendo alguma coisa diante da notícia de graves abusos de desordeiros no interior, mais precisamente na Vigia - mesmo que esse alguma coisa fosse prender, à traição, cabanos que, confiantemente, tinham permanecido em Belém.

Comentando o estado de espírito dos homens do povo que reconquistaram a capital, Guimarães entende que "ao festejar a vitória, pela qual pagaram alto preço em vidas sacrificadas e sangue derramado, fizeram aflorar o espírito revolucionário que estava latente neles. Interpretaram sua vitória como um triunfo contra a escravidão dos negros e a servidão dos índios"(p.108).

"É então a vez de Angelim, no governo, assumir a função repressiva. Manda matar e "dar sumiço" aos cabanos que lideravam as massas em tais "excessos". De novo, cresce na tropa a insatisfação e o desencanto com o comando"(p.108). O povo não tem chance de derrubar Angelim porque Andréa chegou e bateu a todos. Por outro lado, a prática de excessos durou poucos dias, pelo menos na capital. Como, então, afirmar, como faz Guimarães, que a Cabanagem "é caso único, em nosso país, de movimento genuinamente popular que chega ao poder e nele se consegue manter durante um período de tempo considerável"?(p.99).

Esta não é a única incoerência do autor. Quase concluindo o esboço histórico, ele afirma: "A Cabanagem estava derrotada, porém. Dali em diante converte-se numa luta dos cabanos pela sobrevivência física, frente a uma repressão cruel, implacável, por parte das forças "legais", que se prolongaria até 1840" (p.109). E quase no fim do texto, a propósito da rendição do último grande grupo cabano, mercê da anistia concedida: "O fato de serem muitos deles desertores recentes das "forças legais" que se passaram aos rebeldes leva a crer que o movimento cabano permanecia vivo e potente"(p.129). Como combinar "uma luta pela sobrevivência física"(p.109) com um movimento que "permanecia vivo e potente"?(p.129).

Parece-nos que o autor confundiu o vigor do sentimento de solidariedade entre os revoltosos que, de fato, "permanecia vivo e potente" com a própria revolta que murchou com o simples sopro do vento da anistia.



O Presidente João Antonio de Miranda, que aplicou a anistia, no entanto, conhecia bem a capacidade de resposta da massa tanto que informou ao Ministro da Justiça: "que não mandou nem mandarão tão cedo empregar procedimento algum contra o comandante geral de meses dos 980 rebeldes que se apresentaram em Luísias - que também se apresentara, e contra os mais, "que se acham compreendidos nas exceções da anistia, porque tais prisões dariam motivo aos "tapuios e mais gente estúpida" se considerassem traídos pelo governo e se recolhessem novamente às matas..." (7).

A Cabanagem foi uma dessas revoltas de desespero. Uma das características dessas revoltas é o sentido imediatista das reivindicações sociais. A opressão era demasiada; quando houve uma falha maior no sistema repressivo, os ressentimentos vieram à tona.

A EXPLICAÇÃO DA DINÂMICA DA CABANAGEM

Nesta parte, analisaremos as principais colocações de Guimarães feitas sob os títulos: "Dinâmica e impasses políticos", "Lideranças e formas de organização populares" e "Participação indígena".

Guimarães observa que há "dois movimentos que se deixam notar, com nitidez, na cadeia dos acontecimentos. O primeiro, uma contínua ascensão das massas de caboclos, índios e escravos, que constituíam a força de trabalho, à evidência em cena e ao comando das ações. O segundo, no mesmo ritmo, mas em sentido oposto, a expulsão ou defecção dos elementos de classe dominante e de pequena burguesia que inicialmente participaram da rebelião. No jogo dessas duas correntes inversas jogou-se a sorte dos cabanos" (p.110).

E ilustra com a gradativa queda da posição dos chefes cabanos na hierarquia da Guarda Nacional e, também, na escala social, começando com Malcher, tenente-coronel e latifundiário, e

terminando com Angelim, simples guarda nacional e camponês sem terra(p.110). Chama a atenção para o relacionamento dos grupos dominantes com os presidentes cabanos, relacionamento bom no período de Clemente Malcher, abalado no de Francisco Vinagre e deteriorado no de Angelim, pois quando "a Cabanagem faz sua reentrada em Belém o governo que ela produz tem já caráter predominantemente popular. Oscar Lourenço Fernandes, combatente das fileiras cabanas, ganha posto de coronel e é nomeado Comandante das Armas por Angelim"(p.111). O lance não passou despercebido a Hurley que se referiu à morte pela varíola do "comandante das armas, o soldado de 1ª linha Tomás Lourenço Fernandes, que Eduardo, num rasgo espontâneo de comunismo, havia elevado ao posto de coronel"(8).

Guimarães percebe que essa "maior presença popular, contudo, se fazia em sequência a uma completa ruptura da classe dominante e da pequena burguesia com o movimento cabano"(p.111). A explicação da ruptura não está nas violências cometidas, nem num conteúdo socialista inexistente, nem em ataques à propriedade burguesa, enquanto tal. "O que ocorreu, de verdade, e o que explica a defecção em massa da burguesia e da pequena burguesia, é o fato de a Cabanagem tomar o caráter de movimento contra a escravatura"(p.112).

Por mais fecunda que seja a denúncia do oportunismo das classes dominantes e médias, fecunda porque lança uma ponte entre aqueles idos e os dias correntes, é preciso reconhecer que a violência sozinha é suficiente para incomodar todos os bem instalados na vida. É preciso reconhecer ainda que, até o presente, não houve nenhuma revolução em que a massa não fosse manipulada para servir interesses de grupos mais esclarecidos.

Guimarães assegura que "nenhum dos líderes "letrados" que a burguesia e a pequena burguesia ofereceram aos cabanos, cujos discursos se apoiavam tão-somente num palavrório postiço de pretensão liberal e oco ufanismo, nem sequer se aproximou da lucidez que o sentido de classe proporcionou àqueles homens rústicos, quando os levou a erguer a bandeira da luta contra a escravidão"(p.118).

O trecho é brilhante mas sem fundamento. Não foi com

"um palavrório postigo de pretensão liberal" que os líderes galvanizaram indivíduos anônimos para as grandes arremetidas, em especial a retomada de Belém das mãos do Marechal Manuel Jorge Rodrigues? Um intenso sentimento de opressão resultante do desbragamento com que a mesma era imposta pode equiparar-se a um "sentido de classe" e conduzir a ações lúcidas?

Como falar em lucidez, se o "único erro deles, se assim se pode dizer, foi o de não terem respaldo em condições objetivas favoráveis ao êxito de sua luta" (p.118). Lúcido é Guimarães em reconhecer o óbvio que nunca antes dele fora proclamado: os cabanos careciam de condições objetivas para concretizarem o que desejavam, desejavam ainda que vagamente.

Chiavenato, publicando seu livro seis anos depois, não hesita em postular que os cabanos "simplesmente foram derrotados pela sua própria fraqueza: a falta de um projeto político, a impossibilidade de interpretar a realidade concreta da sociedade que os oprimia anulando seu potencial revolucionário, reduzindo à mera rebelião o que poderia ser força transformadora das estruturas paraenses" (p.144). Segundo Chiavenato o obstáculo não foram as condições objetivas, são a própria fraqueza dos cabanos: "a falta de um projeto político". Onde viria a fraqueza dos cabanos? Salvo opinião mais abalizada, um dos festejados "renovadores da História do Brasil" mergulhou fundo em águas que eles dizem detestar: as águas de límpido e puro idealismo.

Guimarães, em meio a um vasto levantamento da participação indígena (9), transcreve uma passagem de Raiol sobre as Fábricas nacionais: "Eram estabelecimentos criados sob a inspiração de alguns especuladores, a fim de melhor se locupletarem com o trabalho dos pobres índios, tendo-os a seu serviço mediante a retribuição de 80 e até 40 réis diários, e estes mesmos pagos a longos prazos de mora, não havendo nunca o mínimo saldo a favor desses infelizes que, figurando sempre como devedores de seus supostos patronos, se tornavam para sempre servos da gleba, sem poderem contudo gozar de sua liberdade, nem retirar-se desses estabelecimentos, ameaçados como eram pelo recrutamento, e sabendo da proteção legal que se dava a semelhantes especuladores!" (p.123).

A fraqueza dos cabanos de que fala Chiavenato e que teria reduzido "à mera rebelião o que poderia ser força transformadora das estruturas paraenses" não foi um resultado quase lógico do quadro desenhado pela pena de Raiol? Então, como pensar numa saída diferente?

Estancada em suas potencialidades sociais, a Cabanagem não deixou de produzir frutos políticos, magistralmente apanhada pela perspicácia de Guimarães: "a reação "caramuru" readquiriu assento entre a elite dominante, mas já acomodada às novas circunstâncias, já resignada à independência do país frente a Portugal. Nesse sentido, a Cabanagem foi instrumento necessário e eficaz para a conclusão vitoriosa de duas décadas de luta pela inclusão do Pará no Brasil independente"(p.115).

#### ASPECTO POSITIVO DO ENSAIO DE GUIMARÃES

A maior importância do ensaio de Guimarães está no estímulo que proporciona ao relacionamento da Cabanagem com outras empreitadas progressistas ocorridas desde seu fim até hoje, de modo a evitar-se que seja transformada num movimento abstrato, realizado por figuras abstratas, para receber homenagens abstratas.

Até no seu único erro, "o de não terem respaldo em condições objetivas favoráveis ao êxito da luta" os cabanos situam-se bem na Pátria História, porquanto desse erro "não escapou até aqui nenhum líder revolucionário em nosso país"(p.118).

E a esquiva dos grupos privilegiados a mudanças que beneficiem a maioria sofredora tem sido uma constante em nossa História, tornando impraticável a articulação efetiva de frentes patrióticas e democráticas (e não apenas na Cabanagem).

"A cada ensaio nessa direção (de frentes nacionais), as massas trabalhadoras, chamadas a movimentar-se em apoio à frente, levavam a esta a reivindicação do banimento das coações pré-capitalistas nas relações de produção e a exigência de extirpação radical da dominação estrangeira"(p.115). E os poderosos de todos

os matizes, inclusive os pequenos-burgueses, sempre estiveram atentos para reporem a massa no seu lugar: antes da Cabanagem, durante a Cabanagem e depois da Cabanagem.

Atualmente, as coisas vão se desenrolar de outro modo? (10)

Atualmente, as coisas vão se desenrolar de outro modo? (10)

Atualmente, as coisas vão se desenrolar de outro modo? (10)

Atualmente, as coisas vão se desenrolar de outro modo? (10)

Atualmente, as coisas vão se desenrolar de outro modo? (10)

Atualmente, as coisas vão se desenrolar de outro modo? (10)

## NOTAS

1) "Descobrem-se divergências essenciais entre os diferentes historiadores, não só na explicação e na interpretação do fato histórico mas ainda na sua descrição e na seleção dos elementos que o constituem e até mesmo na articulação do processo histórico, ou seja na diferenciação dos acontecimentos parciais que compõem a totalidade da imagem histórica do grande acontecimento que foi a Revolução Francesa de 1789" (História e Verdade, p.12).

2) A maior coerência de Raiol mantém-se até diante das poucas páginas de Caio Prado Jr., que escreveu: "a prolongada luta que já vinha tanto durando, e as sucessivas traições de que tinham sido vítimas, abalara neles profundamente a confiança na vitória final". (Evol. pol., p. 71). Numa interpretação materialista da Cabanagem, as posições assumidas pelo latifundiário Malcher ou pelo pequeno burguês Angelim podem ser enfocadas como meras traições? - Tive a atenção despertada para o texto de Guimarães por uma indicação de Cristóvão Colombo dos Santos.

3) "Onde se conta como se preparou a guerra remexendo as b....., e mostrando os p....., "é o título de um capítulo, em que o autor deixa entendido que os agentes do governo não localizavam os focos de conspiração porque todos estariam "protegidos" pela dança de índias semi-despidas. Houve uma generalização descabida, para justificar o título apelativo. A razão principal do fracasso dos agentes do governo era o fato de já serem conhecidos e de quase toda a população estar contra Bernardo Lobo de Sousa.

4) No 1º volume dos "Motins políticos", Raiol expõem suas idéias sobre as causas das sublevações populares: "Ninguém se iluda; nos abusos do poder é que está sempre a origem das sublevações populares. O povo é naturalmente submisso e obediente às leis. Quem o corrompe e deprava os seus sentimentos é o governo com os arbítrios e violências que comete" (p. 346). "As sublevações são fatos complexos e provêm sempre de causas acumuladas; antes da execução, há os agentes que predispõem os ânimos e desmoralizam o princípio da autoridade. A anarquia tem sempre origem no passado e só germina em terreno de ante-mão preparado" (p. 347).

5) Guimarães, que se valeu amplamente dos "Motins políticos", confirma a condenação dos abusos dos legalistas pelo autor do clássico da Cabanagem, transcrevendo um trecho que começa, assim: "Ninguém imagina o martírio dos infelizes que caíram em poder das chamadas expedições! Falam somente da selvageria dos cabanos, e esquecem a brutalidade dos apregoados legais!...".

6) O Visconde de Goiana atingiu as "Fabricas Nacionais" indiretamente cuidando de "dar pronta execução ao decreto de 28 de junho de 1830, extinguindo os governadores militares que, espalhados pelos diferentes distritos, mais auxiliavam esta íníqua sujeição, sendo alguns até interessados em tais estabelecimentos!" ("Motins..." V. 19, p. 202).

7) Traços cabanos, p. 226-227.

8) "A Cabanagem", p.409. O nome correto é Tomás e não Oscar como aparece em Guimarães. Conferir "Motins...", V. 39, p. 928).

9) Embora tenha lido os "Traços cabanos", Guimarães não faz qualquer referência à decidida participação dos mundurucus a favor da legalidade. Em ofício de 2 de maio de 1838, Andréa comunica ao Ministro e Secretário de Estados dos Negócios da Guerra: "As operações pelo lado de Luséia tem ido bem. Todos os tuxauas dos Mundurucus dos rios Canuman e Abacaxi se apresentaram, e com os seus parentes têm feito guerra aos cabanos e consta que o Gentio das Campinas deu cabo de dois emissários que o rebelde Gonçalo lhes mandou" (p. 165).

10) Um sinal de que os tempos não mudaram substancialmente: o caso Quintino. Mesmo reconhecendo a diferença de contexto histórico, não se pode evitar uma aproximação entre o episódio Quintino e o máximo drama da Cabanagem. O traço comum é evidente: reações de marcante desespero, cuja impotência se procura ocultar numa arrogância mais aparente que real, e que terminam esmagadas por uma brutalidade tanto mais implacável quanto menos se reconhece como brutalidade.

## BIBLIOGRAFIA

- CRUZ, Ernesto. História do Pará. Belém, Universidade do Pará, 1963, 2v.  
Nos bastidores da Cabanagem. Belém, gráfica da Revista de Veterinária, 1942.
- CHIAVENATO, Júlio José. Cabanagem, o povo no poder. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- GUIMARÃES, Renato. Cabanagem: a revolução no Brasil, in Temas de Ciências Humanas, São Paulo, 4:93-130, 1978.
- HURLEY, Henrique Jorge. A Cabanagem. Belém, Liv. Clássica, 1936.  
Traços cabanos. Belém, gráfica do Instituto Lauro Sodré, 1936.
- PRADO JR. Caio. Evolução Política do Brasil e outros estudos. São Paulo, Brasiliense, 1957.
- RAIOL, Domingos Antônio. Motins políticos; ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará, 1821/1835. Belém, Universidade Federal do Pará, 1970, 3v.
- SCHAFF, Adam. História e verdade. Lisboa, Editorial Estampa, 1974.